

**Resenha**

**A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**  
(ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio, Porto Alegre, Sulina, 2013, 278 p.).

Irley David Fabrício da SILVA<sup>1</sup>

A obra “A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais” é prefaciada pela ativista, pesquisadora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ivana Bentes, e escrita por Henrique Antoun, também professor da UFRJ, e Fábio Malini, pesquisador e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A obra contém 278 páginas e está dividida em quatro capítulos.

Em resumo, a obra apresenta uma historiografia, a estrutura e os códigos existentes no ciberespaço e trata dos novos embates e protestos que acontecem, ao mesmo tempo, na rede e nas ruas. Busca posicionar a rede como parte desse processo de conexões analógicas e digitais e apresenta os frutos dessa nova relação. Evidencia, também, o hacker de narrativa em rede como uma forma de ativismo e como um comportamento contracultural, anti-disciplinar, similar às lutas dos anos de 1960 e 1970 no Brasil.

A invenção do ciberespaço é o tema do primeiro capítulo. Para nos introduzir ao tema, os pesquisadores apresentam uma síntese da história da internet. Para eles, embora a internet tenha surgido em 1969, inicialmente com pretensão bélica, como uma máquina de combate e científica, objetivando a cooperação social, é somente em 1984, depois de tensões e conflitos entre as instituições formais e os *hackers* e da migração dos militares para a Milnet<sup>2</sup>, que é fundada a noção de ciberespaço. É o momento no qual o espaço virtual é povoado por ativistas da contracultura aos pesquisadores universitários e aos militares do Departamento de Defesa Americano (p. 18), constituindo-se aí um território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens. É em 1984 que também surge o ciberativismo como sinônimo de ações

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGC/UFPB. E-mail: irleydavid@gmail.com

<sup>2</sup> A Milnet (Military Network), criada em 1983, foi uma rede que cuidava das informações militares dos Estados Unidos da América (EUA). Foi uma expansão da ARPANET.

coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa (p. 20).

Nesse novo espaço, dirão os autores, vai surgir outro *modus operandi*: o vazamento de dados ou *hacker* de narrativa como ação para chegar informações para todas as pessoas, desde que elas estejam conectadas à rede, a respeito da situação social de regime político fechado, a crítica aos poderes constituídos ou mesmo para ser a base de sustentação para ações coletivas. Trata-se de um *modus operandi* que entra em rota de colisão com as estratégias de censura política. Não se trata, para Malini e Antoun, de uma ação radicalmente distinta dos movimentos anti-disciplinares dos anos de 1960 e 1970 ou do “midialivrismo de massa” no Brasil. Todavia, para os estudiosos, ambas as ações possuem genealogias distintas, embora sejam motivadas por um só desejo: libertar-se.

Enquanto as lutas anti-disciplinares dos anos de 1960 e 1970 buscavam se libertar do poder concentrador da propriedade dos meios de comunicação, produzindo mídias livres, o ciberativista ou *hacker* de narrativa, para Antoun e Malini, buscam a radicalização dos direitos fundamentais, sobretudo a liberdade de expressão. Em outras palavras, o “midialivrista” da era da comunicação distribuída, seria, na concepção dos pesquisadores, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio pertencentes aos grandes conglomerados dos meios de comunicação massivo (p. 23). Eles ainda caracterizam esse tipo de midialivrismo como não mediador, mas como potencializador das ações diretas.

Na mesma seção, os estudiosos apresentam ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa, tal como o *Occupy Wall Street*, movimento que faz apelo aos acampamentos e ocupações como técnica de resistência pacífica e táticas de não violência. Ação, para eles, bastante diferente daquelas que aprendemos nas lutas anti-disciplinares dos anos 1960 e 1970 no Brasil.

No mesmo capítulo, Antoun e Malini também colocam em foco a cultura livre como mais uma das características do ciberespaço. É o momento em que os pesquisadores vão falar de “*copyleft*” para se referir à cultura livre, à barreira contra qualquer forma de “*copyright*”, de direitos autorais. A ideia central do *copyleft* é a livre

permissão e cooperação para executar programa, copiar e modificar e redistribuir a versão modificada, tornando-a, portanto, inalienável. Todavia, dirão os autores, o ciberespaço não se faz apenas pela cultura livre, a superestrada do capitalismo também apossou-se dele, fazendo do seu espaço uma estratégia de mercado.

No segundo capítulo, os estudiosos debruçam-se sobre a lei dos pares na cibercultura. Como ponto de partida, eles abordam os códigos do *www* – motores de busca, páginas *web*, agentes de rede, minas de dados – como elementos que organizam condições para criar um espaço virtual baseado na cooperação, interatividade e compartilhamento, munindo certas atitudes, tipos de relações e formas de conexão. Para eles, é a partir da mediação das teias de páginas virtuais que novas manifestações biopolíticas vão surgir, revelando a organização em rede como uma nova forma de ação coletiva, formação de culturas e de emancipação social, contrapondo-se, de certo modo, às vitórias das revoluções burguesas no que se refere à determinação da democracia representativa como a principal forma de expressão do cidadão. Malini e Antoun também sinalizam para os movimentos que acontecem na rede sem líder, demonstrando que os movimentos se constroem com base na afinidade e na diversidade, a partir de redes de parcerias.

Ainda no segundo capítulo, os pesquisadores apresentam um debate a respeito de “comunidades virtuais”, termo cunhado por Rheingold (1993)<sup>3</sup>, para caracterizar as comunidades nascidas no ciberespaço, e que tipo de realidade elas teriam na sociedade e do tipo de contribuição que elas trariam para o desenvolvimento social.

Num jogo de pessimismo e otimismo, Malini e Antoun apresentam visões de vários autores sobre as comunidades virtuais. As primeiras ideias a serem apresentadas são as de Benjamin Barber (1996), que acredita que as tecnologias de informações ameaçam a democracia e a liberdade, devido as forças de desagregação do regional e as forças da homogeneização do global, o que, para ele, poderia resultar num totalitarismo devastador. Em seguida, os autores apresentam os pensamentos de Fernback e Thompson (1995), que negam que a comunicação mediada por computador fosse capaz de criar verdadeiras comunidades. Para concluir, ainda sobre as visões pessimistas, eles apresentam uma pesquisa realizada por Robert Putnam, em 1996, sobre o desaparecimento do capital cognitivo e engajamento cívico na vida americana. Putnam

---

<sup>3</sup> RHEINGOLD, Howard. *A Comunidade Virtual*. Gradiva: 1993, Lisboa.

atribui o tempo gasto com a televisão como o principal responsável pelo decréscimo do engajamento cívico e reforça a ideia de que as tecnologias de comunicação irão promover o isolamento individual e o desengajamento político, corroendo as sociedades democráticas.

Afastando-se da incredulidade abraçada pelos teóricos citados no parágrafo anterior, Malini e Antoun apresentam as ideias de Arquilla e Ronfeldt (2001), que não poupam palavras para nos dizer que a revolução da tecnologia encontra um amplo favorecimento no seio da sociedade e anuncia uma profunda transformação no mundo contemporâneo. Dirão os pesquisadores, mesmo que, para eles, ainda não se possa prever o que resultará desta mudança radical, já se pode afirmar que as redes modificaram para melhor o perfil das sociedades.

O advento da guerra em rede também é tratado no segundo capítulo. Foi Arquilla e Ronfeldt, segundo Malini e Antoun, que criaram o conceito de guerra em rede como o oposto correlato de guerra do controle. A guerra do controle compreenderia a luta de alta intensidade conduzida através de alta tecnologia militar travada por dois Estados, a guerra em rede seria a luta de baixa intensidade travada de modo assimétrico por um Estado e grupos organizados em rede através do uso de táticas que envolvem o intenso uso das novas tecnologias comunicacionais, da comunicação distribuída e das redes interativas mundiais (p. 68).

Além dos temas supracitados, Malini e Antoun também abordam, neste mesmo capítulo, a arquitetura descentralizada da rede, a horizontalidade e potencialização da comunicação, bem como a gestão do comum em rede. O jornalismo também entra no debate, não como aquele jornalismo industrial, típico dos grandes conglomerados de comunicação, mas como um jornalismo pós-industrial, participativo, colaborativo, reconfigurado a partir dos princípios da cibercultura e da dinâmica em rede.

Os ciberativistas nas redes e nas ruas é o próximo capítulo a ser debatido pelos estudiosos. O monitoramento dos dados e o vazamento de informação na rede são temas chave discutido nesta seção. Aqui, os autores debruçam-se sobre a ideia de liberdade (ou falsa sensação de liberdade) projetada pela dinâmica e arquitetura da rede.

Para Malini e Antoun, é inegável o papel da rede em promover à liberdade de expressão e o desenvolvimento social, quando vinculado à biopolítica. No entanto, para eles, trata-se de um livre “arbítrio” condicionado, “negativo”, monitorado, vigiado,

orientando para atender, em parte, aos interesses e estratégias de mercado. O que se percebe na internet é todo um movimento de redução, que tem a ver com as medidas de cercamento da liberdade em sistemas controlados de informação.

A liberdade “positiva”, segundo os pesquisadores, irrompe, de certo modo, como ação de resistência às estratégias de vigilância e monitoramento e se sustenta na biopolítica, nas ações afirmativas. Malini e Antoun descrevem-na como:

O conjunto de atos de resistência e de contrainsurgência de vidas que não se deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público, para além da noção que este deva ser regulado e garantido por um estado, portanto, por um agente de força exterior aos indivíduos, sem que isso seja uma experiência anárquica, mas de uma democracia que se constitui por direitos sempre abertos e potencializadores da liberdade. (p. 175)

Para os estudiosos, esse tipo de livre arbítrio, no sentido “positivo”, contribui para a formação de comunidades, redes sociais e de parcerias e blogs de resistências. Os blogs, primeiro vistos como diários eletrônicos assumem papel preponderante na luta social e democrática, dirão os pesquisadores. Enquanto a mídia estabelece apenas uma narrativa para o fato, os blogs oferecem versões diferentes, distintas da mídia irradiada, dando ao espectador/leitor informações omitidas muitas vezes pelos meios de comunicação massiva.

Para concluir, no último capítulo, de título “O devir mundo do ocupar”, Malini e Antoun abordam as narrativas colaborativas e a difusão de lutas, apresentando casos como a Primavera Árabe e o 15M e os sujeitos em rede como narradores dos acontecimentos, o típico jornalismo cidadão. Os pesquisadores também colocam em cena as características da *Web 2.0* partindo da noção da *Web 1.0*, avaliando-a como colaborativa e interativa. Eles também vislumbram a *timeline* de redes sociais, tal como o *Twitter*, como um espaço de articulação e de colaboração para a mobilização socio-política. Para eles, a narrativa colaborativa, ao contrário das narrativas autorais da *homepage*, encontra na *timeline* a sua *interface* padrão e rompe com os limites de participação e colaboração. Assim, para os autores, a *timeline* – antes de ser um dispositivo técnico – é uma expressão de uma nova cultura de indiferenciação do

consumo e da produção da informação, cujo traço é a instantaneidade em fluxo contínuo de uma conversa qualquer e de novas formas de engajamento de ações coletivas.

A obra “A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais” reúne um acervo considerável de informações ricas para quem estuda fenômenos no ciberespaço, especialmente aqueles relacionadas à práticas net-ativistas, à liberdade de expressão e à privacidade e vigilância em rede, bem como as novas configurações do jornalismo participativo e cidadão. Além de Malini e Antoun abordarem todo o contexto história da rede, bem como a sua estrutura, seus códigos e suas interfaces padrões e conceitos, eles também apresentam vários exemplos práticos, como as ações coletivas engendradas nas redes e nas ruas, o que fortalece ainda mais os seus argumentos e facilita o entendimento de quem ler.

De maneira clara e objetiva, os autores possibilitam que os leitores alcancem atingir uma visão macro a respeito do ciberespaço, bem como as ações ciberativistas e os sequestros de narrativas que daí decorrem como uma forma de luta contracultural, de resistência e de emancipação social. Além disso, a obra provoca reflexões importantes a respeito da falsa sensação de liberdade provocada pela ideia de autonomia radical de emissão que temos em rede. Tal reflexão, acaba por evocar oportunamente as ideias de Foucault (2008)<sup>4</sup>. Para este autor, o ampliado da liberdade em rede trata-se de uma arte sofisticada e sutil de governar os sujeitos através do que ele caracterizou como biopoder. O biopoder, tanto para Foucault assim como para Malini e Antoun (p. 161), investe na vida como um todo, ativando-a. Essa nova arte opera com mecanismos que têm por função insuflar as liberdades. Na lógica do biopoder, já não se governa somente o corpo do sujeito, mas todo o seu meio ambiente.

---

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.